

## **Reflexões sobre as funções do pai na inserção da criança na realidade partilhada a partir de Winnicott**

### **Reflections on the father functions for the insertion of the child in shared reality based on Winnicott**

André Martins

Filósofo e psicanalista, Professor Associado da UFRJ (Departamento de Medicina Preventiva e Programa de Pós-Graduação em Filosofia)

E-mail: andre.mar@terra.com.br

**Resumo:** O texto se propõe a uma reflexão sobre a função do pai hoje, a partir da teoria de Winnicott. A função paterna é importante antes de mais nada para lidar com o ambiente externo para a mãe, de modo que esta possa se dedicar a ser o ambiente do bebê. O pai pode participar dessa função-mãe, e eventualmente até mesmo assumi-la inteiramente, caso alguém faça a função-pai para ele. Além desse *holding* da mãe, a função-pai consiste em contribuir para a inserção da criança na cultura, reforçando o papel da mãe-objeto neste sentido; sendo, diferentemente da mãe, uma identificação externa à díade mãe-bebê; participando do ambiente que será afirmado a partir do concernimento; sobrevivendo à agressividade do filho; orientando o filho em meio à realidade partilhada; contribuindo para a aquisição e aceitação criativa da normatividade, e da formação de um falso-*self* poroso e não inibidor da espontaneidade do *self*.

**Palavras-chave:** Winnicott; pai; superego; falso-*self*; concernimento.

**Abstract:** This article proposes a reflection on the father function, based on Winnicott's theory. The father function is important above all to deal with the external environment for the mother, so she can dedicate herself to being the baby's environment. The father can participate on this mother function, and eventually even fully take on this responsibility, if another person takes on the father function for him. Besides this holding from the mother, the father function consists in contributing to the insertion of the infant in culture, strengthening the role of the mother-object in this sense; being an external identification to the dyad mother-child; participating of the environment that will be affirmed based on concern; surviving to the aggressiveness of the son; orienting the son amidst the shared reality; contributing to the acquisition and creative acceptance of normativity, and to the formation of a false self that is porous and non-inhibiting of the self's spontaneity.

**Key-words:** Winnicott; father; superego; false-self; concern.

Proponho-me, neste texto, a uma livre reflexão sobre a função do pai hoje, tendo como ponto de partida a teoria de Winnicott, e como pano de fundo a clínica, não de crianças, mas de filhos adultos, de pais e de mães, e minha experiência como pai.

Como se sabe, para Winnicott não existe o bebê, mas apenas a unidade mãe-bebê. A identificação projetiva da mãe com seu bebê, essa relação simbiótica de preocupação materna primária, permitindo uma maternagem em que a mãe está empaticamente atenta às necessidades do bebê, é o que permitirá a integração do *self* do bebê. Com a ajuda do ego da mãe, o ego do bebê se fortalece, o que favorece a integração de seu *self*.

Nesse primeiro momento, a função paterna não se reflete diretamente sobre o bebê, mas apenas indiretamente, no sentido de contribuir para que a mãe tenha condições de fundir-se com o bebê, ao “lidar com o ambiente para a mãe” (Winnicott, 1960c/1990, p. 44), a fim de “proteger a mãe e o bebê de tudo o que pretenda interferir no vínculo entre ambos, que é a essência e a própria natureza do cuidado materno” (Winnicott, 1957n[1949]/2012, p. 18). Protegendo-a de preocupações externas tanto quanto possível, ele contribui para que ela possa ser o ambiente do bebê. Em outras palavras, o pai deve, dentro do possível, buscar fazer o *holding* da mãe, para que esta possa dedicar-se a fazer o *holding* do bebê.

Isto quer dizer que, por mais que o pai seja ativo e participativo nos cuidados diretos com o bebê – trocar fralda, ninar, dar banho, embalar –, ele estará participando da “função-mãe”, pois esta, seja nesse primeiro momento como mãe-ambiente, seja como mãe-objeto, é uma *função* exercida por um cuidador capaz de estabelecer essa identificação projetiva com o bebê (Winnicott, 1945d/1993, p. 279). Winnicott considera que a gravidez, tanto psicológica quanto fisiologicamente, prepara a mãe para uma atenção a si mesma que favorecerá a atenção que poderá vir a dar a seu bebê. Haveria assim, a princípio, uma probabilidade maior de as genitoras tornarem-se mães suficientemente boas de seus bebês, isto é, de exercerem essa “função-mãe” de modo suficientemente bom, enquanto cuidadoras capazes de sentir e realizar a preocupação materna primária.

Infelizmente, contudo, nem toda genitora é capaz de estar suficientemente disponível para seu bebê, delegando mais que o desejável os cuidados do bebê a babás, avós ou simplesmente relegando-os a segundo plano. Do mesmo modo, no sentido inverso, o pai, uma mãe adotiva, um dos parceiros de um casal *gay* masculino, a avó ou

até mesmo uma babá podem exercer, ainda que sem o favorecimento psicológico ou fisiológico oriundos da gestação, prazerosa e suficientemente bem esta função materna e propiciar boas bases para o incipiente desenvolvimento emocional do bebê, caso possa se dedicar efetivamente aos cuidados maternos do bebê “durante as vinte e quatro horas de um dia, e um dia após o outro” (Winnicott, 1945i[1944]/2012, p. 128). Esse primeiro cuidador, caso se veja empaticamente dedicado às necessidades do bebê, estará assim, nos termos de Winnicott, exercendo a função materna.

Para o bebê, nesse primeiro momento, a mãe se confunde com, ou é, o próprio ambiente, o que vale dizer que aquele que exerce a função ambiental que lhe permite vivenciar uma experiência de onipotência é, para o bebê, sua mãe-ambiente, e por isso virá também a ser sua mãe-objeto. A mãe-objeto continuará sendo também a mãe-ambiente, pois o período de ilusão perdura, em certo sentido, por toda a vida, uma vez que a função transicional permanece em todo o campo da cultura, e mesmo em todo o campo social, se o indivíduo se mantiver capaz de brincar e ser criativo, lidando com a vida como um espaço potencial.

## **1. Função-pai e inserção na cultura e na realidade compartilhada**

A uma só vez objetiva e subjetivamente percebida, ao frustrar inevitavelmente, e assim gradualmente, o bebê, ao mesmo tempo em que sobrevive à sua agressividade, a mãe-objeto passa a ter, se mantivermos o vocabulário freudiano, uma função superegoica. O interesse aqui em usar esse termo é entender que, a partir da compreensão que Winnicott nos permite ter, a função superegoica não se inicia com os ideais do eu ou com o Édipo, no sentido de que a inserção na realidade partilhada, e do mesmo modo, na cultura, se dá gradualmente, à medida que o bebê, e posteriormente a criança, sai da fase de ilusão para a fase de realização (Winnicott, 1945d/1993, p. 280) e uso de objetos, por meio dos fenômenos transicionais. O que indica, ademais, que a formação superegoica, se consideramos essa instância psíquica como de controle ou regulação das ações, não precisa ser a de um superego castrador ou sequer mesmo resultante do recalque e promovedor de recalque.

Ao contrário, o recalque neurótico e a castração somente se dão na medida em que a criança não pôde desenvolver-se emocionalmente de modo satisfatório, ou suficiente, em um espaço potencial de fenômenos transicionais. A transicionalidade permite uma inserção na cultura não por meio de uma busca de objetos substitutivos às

pulsões renunciadas, mas sim motivada pela criatividade, pelo desejo e confiança na possibilidade de enriquecer a realidade partilhada por meio de contribuições pessoais.

Se o período de ilusão caracteriza a vida psíquica do bebê, a ilusão perdura, no entanto, por toda a vida, por meio dos fenômenos transicionais e pelo fato de os objetos, mesmo na vida adulta, serem não somente objetivamente percebidos, mas também, inevitavelmente, subjetivamente percebidos. Na saúde, essa percepção subjetiva significa a apropriação criativa dos objetos do mundo e a espontaneidade de nossas ações. Isso denota que a entrada na cultura e na realidade partilhada se dá não apenas desde o período da ilusão, como também *graças* a ele, sendo, portanto, gradual e criativa, e não necessariamente se dando por ruptura com a ilusão, como propõe a teoria do Édipo. Mais ainda, há uma ruptura somente quando a criança, ou o bebê, se viu precocemente obrigado a se defender mentalmente das invasões ou privações do ambiente, de modo que a neurose que decorre do recalque da espontaneidade pela castração é apenas uma consequência de uma dissociação psíquica defensiva já em curso anteriormente, desde a primeira infância. E, do mesmo modo que na patologia, a inserção na realidade partilhada se faz – pela defesa mental e pela dissociação – desde o início da vida psíquica, apenas culminando no recalque edípico, também a inserção saudável se faz desde a primeira infância.

Uma e outra forma de inserção têm como principal fator a função materna no cuidado do bebê, porém a função paterna também contribui de forma gradualmente crescente para o processo de amadurecimento emocional do bebê e da criança. Refletir sobre a maneira de se conceber a entrada da criança na cultura permite compreender a participação do papel do pai nas diferentes formas em que essa entrada se dá, tanto naquela descrita por Freud quanto na de Winnicott.

Para Freud, o pai somente aparece como aquele que castra a simbiose ou a fusão com a mãe, castração sem a qual o indivíduo se tornaria psicótico, pois não encontraria limites para seu prazer. O pai, ao ser amado e odiado, segundo Freud, fará com que o menino queira por um lado se impor em face do pai, e por outro que o tome como ideal (positivo ou negativo) para si próprio. Isso é parcialmente verdadeiro também se nos baseamos na teoria de Winnicott, porém, trata-se de uma etapa tardia na crescente inserção na cultura, que tem início, como vimos, desde o princípio da vida psíquica do bebê, ao lidar com as frustrações, de modo que essa inserção será tanto mais saudável e não traumática quanto mais essas frustrações ocorrerem gradualmente dentro de um ambiente acolhedor, onde existe o *holding*, e tanto menos quanto mais o ambiente é

hostil e sem *holding*. Além disso, Freud concebe o ideal de eu como vindo de fora, introjetado pelo filho como um ideal da cultura, como um desejo do pai; enquanto Winnicott concebe a identificação com o pai como um modelo não a seguir passivamente, mas como um apoio que o filho utilizará para seguir seus próprios ideais, como algo que lhe dá confiança para seguir seus próprios desejos, suas próprias metas, seus próprios projetos e preferências (são as próprias crianças que “formam seus ideais, pelo menos em parte, com base no que veem, ou pensam que veem, quando olham para o pai” (Winnicott, 1945i[1944]/2012, p. 130). E mais, com a sustentação da mãe e o apoio do pai, o filho, mais que esposar os ideais da cultura, confiará que poderá levar à cultura suas contribuições pessoais, singulares e próprias, pois estas serão acolhidas pela cultura como uma contribuição enriquecedora.

Tanto Freud como Winnicott atribuem ao pai, ou à função paterna, uma importância particular na inserção do filho na cultura. Com Freud encontramos para isso o recalque e a conseqüente formação de um superego castrador, e, por conseguinte, a contribuição do indivíduo para a cultura como resultado da culpa e da decorrente dívida simbólica. Com Winnicott a inserção na cultura é pensada como fruto do concernimento, e, portanto, pela via da gratidão e pelo desejo de contribuir com a própria singularidade para a cultura – por acreditar que sua criatividade contribuirá para o coletivo, por ter, no período de ilusão, acreditado que seu gesto espontâneo era bem-vindo para o ambiente, para a mãe-ambiente. Acreditar que o que se tem a dar será aceito, acreditar que se é amado, leva o bebê, e depois a criança, a ter concernimento pelo outro, pelo ambiente, e a amar a vida em geral.

Trata-se de duas *interpretações* distintas da inserção na cultura, certamente advindas de duas *experiências* distintas de inserção na cultura. Winnicott permite uma compreensão da inserção na realidade partilhada sem a patologizar. Ao contrário, pensa essa inserção pela ótica da saúde, como o desejo de partilha da criatividade pessoal.

A gratidão, que decorre de um acolhimento amoroso, gratuito e generoso, é um afeto feliz de reconhecimento, quando a pessoa não se sente em dívida, mas generosamente reconhecida. Fica-se feliz, e isso gera a vontade espontânea, e não culpada, de *retribuir*, sobretudo às pessoas – ou às que se pareçam com aquelas – que lhe deram algo, que se doaram generosamente, sem pedir nada em troca. Houve um dom, que gera o desejo de se doar, em um círculo virtuoso amoroso.

No sentido oposto, se quem, na ótica da experiência do filho, deveria se doar – pai e mãe – não se doou, ou o filho será levado masoquicamente a buscar pessoas

semelhantes às figuras parentais para que lhe deem aquilo que os pais não deram, ou o filho se sentirá como não tendo nada a dar a ninguém, por um sentimento de que mereceu não ser amado e de que a vida não vale a pena. Ou, ainda, recalcará isso tudo e se sentirá em dívida pelo pouco que lhe foi dado, procurando ser um cidadão obediente para pagar a dívida com a sociedade, a fim de se livrar da dívida, para que ninguém mais lhe cobre o que “deve”.

Uma gratidão pelo ambiente é uma gratidão pela vida, pela existência. Uma gratidão pelo pai, como outro individual, não gera um sentimento de dívida para com a cultura, mas um sentimento de que a cultura é uma coisa boa, o que nos permite ser criativos na sociedade, gerando assim uma vontade de partilhar do nosso melhor para com a cultura.

## **2. Identificação com o pai**

Como vimos, o pai pode contribuir para uma inserção saudável da criança na cultura, inclusive ao participar do favorecimento das condições para a fusão mãe-bebê, e também ele próprio eventualmente participando da função-mãe. Desde a fase do uso de objeto, o pai como figura identificatória já tem seu papel como este outro que se apresenta nessa distância média, muito próximo, mas não tão próximo quanto a mãe. O pai funcionará para o bebê – que já terá, a essa altura, estabelecida uma projeção identificatória cruzada com a mãe – como uma primeira imagem identificatória externa à fusão mãe-bebê. Enquanto com a mãe as frustrações graduais e inevitáveis servirão para criar a mãe-objeto, que aos poucos se unirá à mãe-ambiente no processo de desenvolvimento do concernimento, o pai (ou a função-pai, podendo ser exercida também por um avô ou outra figura paterna) passa a ser a imagem externa (embora próxima e íntima), à qual o bebê gradualmente se identifica como objeto *inteiro, independente e autônomo*.

A primeira identificação do bebê é com a mãe, porém essa identificação se dá como anterior à separação, portanto como identidade, de modo que o ego da mãe é utilizado pelo bebê como ego auxiliar na própria constituição de seu ego e de seu *self*. Dada essa identidade inicial, a identificação com o pai é a primeira, não mais como uma identidade constituinte, mas enquanto modelo ao mesmo tempo introjetado e buscado. “Eu sou igual a você”, dizem alguns filhos em tenra idade a seus pais. Enquanto raramente o dizem à mãe, por terem estado, e ainda estarem em parte, fusionados a ela.

Essa identificação com o pai serve à criança, também, como apoio a seu processo de separação da simbiose com a mãe – e isso muito antes do Édipo.

Isso será tanto mais verdadeiro, ou tanto mais saudável para o filho, quanto mais o pai for presente e desejar brincar com ele, indo a seu encontro, buscando conhecê-lo e entendê-lo como ele é, aceitando-o e admirando sua singularidade. “Se o pai estiver presente e quiser conhecer o próprio filho, este é uma criança de sorte, e nas circunstâncias mais felizes o pai enriquece, de maneira abundante, o mundo do próprio filho”. Isso é possível quando não só a mãe, mas também o pai, aceita “a responsabilidade pela existência da criança” (Winnicott, 1945i[1944]/2012, p. 130). Isso levará também o filho a descobrir seu pai: “Embora seja natural que os filhos idealizem seus pais, é também muito valioso, para os primeiros, ter a experiência de conviver com eles e de conhecê-los como seres humanos, até o ponto de os descobrirem” (Winnicott, 1945i[1944]/2012, p. 131). Para isso, é fundamental que o pai seja um pai presente, “para que a criança sinta que o pai é um ser vivo e real” (Winnicott, 1945i[1944]/2012, p. 129).

### **3. A relação entre concernimento, falso *self*, lei ou normatividade, e inserção da criança na cultura**

O concernimento pela mãe, sendo esta ao mesmo tempo ambiente e objeto, isto é, a preocupação com o ambiente como um todo e, neste, também com as outras pessoas e a cultura, implica a aceitação e o respeito da diferença. Se tenho zelo e consideração pelo outro, como fusão da mãe boa e mãe má, o outro é importante para mim não só naquilo que não me contraria (no que é bom), mas também em sua diferença (para o bebê, no que é mau). Não é necessária nenhuma lei que impeça uma suposta bestialidade natural de parte do id. Quando existe uma normatividade que se forma gradualmente de dentro para fora, não é necessária uma imposição da lei de fora para dentro.<sup>1</sup> E, se esta capacidade normativa não se formou, de pouco adiantará uma imposição da lei, senão como punitiva.

---

<sup>1</sup> “É muito melhor um pai forte, que pode ser respeitado e amado” – afirma Winnicott, no sentido de um pai que exercerá assim a função identificatória que passará segurança aos filhos, que será introjetada – do que um pai que se restringe a impor “normas e regulamentos, permissões e proibições, coisas inúteis e intransigentes” (Winnicott, 1945i[1944]/2012, pp. 128-129).

Podemos assim dizer que, em certo sentido, a função superegoica seria exercida em Winnicott pelo falso *self*. Podemos falar de um uso saudável e de um uso patológico do falso *self*, ou de um falso *self* saudável e um falso *self* patológico. O falso *self* não só é inevitável, como não é necessariamente fonte de patologia (Winnicott, 1965m[1960], p. 131). Um falso *self* poroso não se constitui em uma defesa psíquica contrária ao verdadeiro *self*. Ao contrário, ele pode ajudar o *self* a expressar-se verdadeiramente, em vez de isolar o verdadeiro *self* e inibir a expressão verdadeira do *self*. O falso *self* em sua versão ou função saudável se constitui como pequenas defesas porosas na relação com o mundo, que servem ao *self* como proteção, mas não, no caso da saúde psíquica, como uma proteção que inibe a expressão do *self*, e sim como uma proteção que, preservando-o, permite e favorece sua expressão. Nos casos de um desenvolvimento patológico do falso *self*, este tenderá a isolar o verdadeiro *self*, chegando a pessoa até não o sentir por estar habituada a expressar-se falsamente, a defender-se gravemente, e a preservar o verdadeiro *self* a ponto de desconhecê-lo. Personalidades falso *self*, “como-se”, defendem-se de afetar-se pelo outro, pelo fora, pelo ambiente, defendendo-se de si mesmos, paradoxalmente, adaptando-se sobremaneira ao fora, ao que o outro ou a sociedade querem, ou imaginariamente dele esperam. Essa exigência severa de adaptação, que se confunde com uma severa inibição de si mesmo, indica – se quisermos dialogar com a teoria freudiana – uma função superegoica severa. O falso *self* saudável indicaria, ao contrário, uma função superegoica não pensada por Freud, de um superego que, em vez de inibir o ego, tornaria mais viável a consecução social de seus projetos e realizações com a realidade partilhada e a cultura coletiva, enriquecendo-as.

Isso nos permite considerar a questão da lei de modo antagônico à maneira lacaniana de pensar a questão. A lei, se mantivermos o termo, seria gradual, como decorrência do próprio acolhimento. O *holding*, ao ser sustentação, é também contorno. Ao mesmo tempo que possibilita uma vivência do bebê de experiência que se dá em continuidade do ser, em vez de uma separação abrupta, pelo próprio *handling* do *holding*, que é parcial, o próprio acolhimento traz em si o limite à motilidade do bebê e ao gesto espontâneo justamente pelo acolhimento. A aquisição da normatividade pode ser gradual, como possibilitadora e favorecedora do sentimento de continuidade do ser do bebê.

Estas três coisas seguem juntas: uma formação superegoica gradual; um superego ao modo de um falso *self* que, em vez de se contrapor a um *self* supostamente pulsional ameaçador, favorece a expressão verdadeira do *self*; uma experiência de

onipotência que é, por conta do contorno e resistência inevitáveis que ocorrem junto ao acolhimento, uma experiência de potência e de limite: se eu ajo, a ação coloca por ela mesma o que eu não posso; eu só posso sentir que eu posso tudo – sentimento de onipotência – se naquele momento eu não estou agindo; somente sem agir eu posso imaginar que eu posso tudo. Agir, isto é, sair da impotência do sentimento de onipotência e passar para a ação efetiva, real, significa, naquele momento, não poder todo o resto que está além de minha ação atual. Usando os termos de Winnicott, só nos sentimos onipotentes se não temos a experiência da onipotência, pois esta implica intrínseca e inevitavelmente a experiência da gradual frustração da onipotência, do limite gradual, do limite que favorece a expressão atual da potência do indivíduo – do bebê e futuramente da criança e do adulto. O princípio de realidade em Winnicott é assim o de uma realidade na qual nos inserimos potentes, criativos; não apenas pela renúncia ou adiamento do prazer, mas pela canalização do prazer a fim de viabilizar um prazer maior, inclusive no presente, sem a necessidade do recalque das pulsões ou a busca de pequenos prazeres sociais substitutivos. Em vez disso, o que se revela é a ideia de um balanço dos prazeres desejados em relação ao tempo, e de projetos de realização e efetivação.

Winnicott descreve a seu modo uma função superegoica gradual (embora o termo falso *self* descreva de modo mais eficaz tanto a expressão falsa, mas protetora e não opressora do *self*, quanto a expressão falsa e castradora, esta sim mais propriamente afinada com o termo freudiano “superego”), de normatividade ou capacidade normativa criativa. Essa função não se apresenta por introjeção da castração paterna, por submissão a causas externas, mas como consequência de *ser* e ter *experiências pessoais*. Não por reação a exigências a que se está sujeito, a cujas expectativas busca-se corresponder e agradar para se sentir amado, ao preço do recalque das potencialidades pessoais.

#### **4. Sobrevivência à agressividade e limites, orientação, amor e confiança em si mesmo**

A mãe, na medida em que é percebida como mãe-objeto, terá como função, a fim de contribuir para o desenvolvimento do concernimento, sobreviver à agressividade do bebê. Essa sobrevivência não ocorre sem pequenas reações e resistências à agressividade, mas assim como na questão das frustrações em geral – que serão mais

saudáveis para o desenvolvimento emocional do bebê caso não constituam para ele um ambiente hostil. Essa resistência não deve se dar na forma de uma retaliação ou uma rejeição à agressividade (e muito menos de uma moralização). Sobreviver à agressividade significa, portanto, não retaliar, não moralizar (“meu filho é um bebê violento!”), nem rejeitar – e obviamente não o humilhar a fim de mostrar quem manda ali, ou de cortar o mal pela raiz, enquadrando “enquanto ainda é tempo” o pequeno “abusado” que quer “manipular os pais e mandar neles”, a fim de que não se tornem mimados e caprichosos (e por conseguinte futuros preguiçosos, malandros, psicopatas, perversos), como ensinam tantos manuais norte-americanos e europeus de adestramento (não de cães, mas de bebês) e *puericultura* (criação não de gado, mas do bicho homem), mais preocupados com a punição e a docilização dos futuros cidadãos do que com o desenvolvimento na criança da capacidade de criar e de amar.

Os famosos limites a serem dados aos bebês seriam transmitidos na forma de contornos, com o acolhimento, como parte do *holding* – como quando, ao segurar o bebê no colo com firmeza, a mãe passa segurança ao bebê ao mesmo tempo que impõe o limite de seus braços à motilidade espontânea deste, sem a combater ou a punir.

Ciente de que se trata de uma agressividade natural, no sentido de uma expressão de sua singularidade que busca se impor ao mundo, espontânea nesse sentido, e saudável, consistindo em uma postura importante do bebê para a aquisição de confiança e autonomia, melhor para o bebê será a mãe não se sentir ameaçada nem se assustar com tal agressividade. É fundamental a mãe não julgar que se trata de uma expressão da pulsão de morte, ou maldade potencial – o pecado original –, que estaria presente em todos os seres humanos, imperfeitos que seriam.

Esse contorno dado pela mãe (pela função-mãe) ao bebê será dado pelo pai (ou pela função-pai) cada vez mais no decorrer do crescimento do bebê e de seu amadurecimento emocional. Inicialmente figura identificatória e modelar externa à fusão mãe-bebê, o pai assumirá no imaginário da criança cada vez mais o lugar de aliado, herói, exemplo, imagem especular, ideal de ego, companheiro de aventuras, e ao mesmo tempo rival, no sentido do desejo de exclusividade do amor materno, mas sobretudo rivaliza com o pai de um modo geral, e ao rivalizar com ele, rivaliza consigo mesma, pois a criança deseja alcançar a imagem do pai introjetada na forma de seu próprio ideal de ego, como um desafio para si própria: se almejo ser como ele, preciso antes de mais nada que ele me reconheça como tal. Na vida adulta, essa relativa dependência da imagem paterna aos poucos se dissipa, mas, em um certo grau (assim

como a identificação à mãe como parte do *self*), permanece por toda a vida, pois para a criança ela foi muito forte, funcionando também como ego auxiliar, embora no sentido do ideal do ego, em relação ao qual a criança se estrutura.

Uma das consequências dessa identificação externa, que se inicia na infância e voltará a ser crucial na adolescência, e valerá mesmo pela vida adulta, será a de que o pai terá, em todas essas fases, a função de orientação dentro do espaço potencial, no interminável processo rumo à independência. A relação entre os pais – de amizade ou de ataques mútuos, se a mãe fala mal do pai para o filho etc. – também influirá na forma como o filho se sentirá autorizado a fazer uso da imagem do pai.

Sentir-se amado é o mesmo que perceber que o amor recebido está fora de ameaça, fora de risco, está acima de discordâncias, não será nunca posto em questão, não será nunca perdido – seja pelo pai, seja pela mãe, e é sobre isso, aliás, que se baseia boa parte das doutrinas religiosas que descrevem Deus não tanto como um pai que castiga, mas como uma “mãe”: “Deus te ama, seja você um santo ou um bandido”. Para o filho, não basta racionalmente saber que o pai, ou a mãe, o ama, mas que este sentimento da parte de um ou de outro é inevitavelmente ambivalente. Sentir-se amado implica *constatar* essa ambivalência, mas não a *sentir*; ao contrário, consiste em sentir que a mãe ou que o pai ama o filho incondicionalmente. A forma de convivência possível pode ser (e mesmo deve ser) *condicionada* a certas compatibilidades e regras de convívio – mas não ao amor. Amor incondicional não no sentido de que “se quer” incondicional, e por isso aspira a ser somente bom, sempre bom e perfeito, segundo um ideal; mas incondicional no sentido de que o filho, que o recebe, sente, e sabe por que *sente*, que nada o coloca em dúvida, que nada o ameaça. Não há medo de perdê-lo, não existe essa sombra, não paira sobre o amor recebido essa suspeita.

O sentimento e o reconhecimento do valor do filho pelo pai (mais do que uma constatação racional da parte do pai), isto é, o amor do pai, serão tanto mais sentidos como certos, inquestionáveis, indubitáveis, seguros, algo que não se vai perder, tanto mais o pai sobreviver à agressividade e à rivalidade do filho, ou seja, tanto mais o pai for um aliado do filho, que não se sente, de seu lado, competindo ou rivalizando com o filho (seja o pai na sua atualidade, seja o pai em suas memórias afetivas de quando tinha a idade atual do filho), ou ameaçado por ele, quanto mais se sentir seguro em seu papel de pai, e não sentir esse lugar ameaçado pelo filho. O que o filho espera do pai, consciente ou inconscientemente (para a criança, em geral, inconscientemente), é que o pai acolha seu sentimento de rivalidade, não o devolvendo, não se abalando com a

competitividade do filho, isto é, colocando-se em uma posição amorosamente magnânima. Não se afetando passivamente pela agressividade do filho e, se possível, sentindo-se orgulhoso de ver o filho buscando superar-se e se igualar ao pai – perceber essa busca como louvável, e como uma demonstração de amor e admiração por ele. Como uma responsabilidade dele, pai, perante o filho, de dar o exemplo, não disputando um mesmo espaço com o filho, mas, ao contrário, ter generosidade no acolhimento do gesto espontâneo do filho.

Há pais que infelizmente pensam que devem mostrar aos filhos quem manda, quem ensina, quem tem de ser “respeitado”, temido e seguido. Ou que pensam que os filhos devem passar pelas mesmas dificuldades que passaram, por vezes até mesmo provocando-as, como se dissessem: “se eu passei por isso e estou aqui, por que eles não deveriam passar?”, revelando um sentimento de raiva, inveja e competição, de incômodo e afetação pessoal negativa com o sucesso ou com a felicidade do filho. Desejam que o filho não os ultrapassem, em vez de desejarem que se realize e fiquem orgulhosos se o filho os ultrapassar no que quer que seja, isso na verdade não importando.

O que Winnicott descreve em relação à mãe em face do bebê, e ao analista em face do analisando, vale para o pai em face da criança. Sobreviver à agressividade implica mostrar que a agressividade do filho não é destrutiva, não destrói o objeto, que o objeto resiste a ela – e, portanto, que o filho *pode* ser espontâneo, que não destruirá o outro. Quando a espontaneidade é inibida pelo ambiente e pelo outro, a criança – e posteriormente o adulto – mantém um sentimento de que seu gesto espontâneo está errado, é nocivo, prejudicial ao outro, a faz não ser amada, desagrada ou destrói de algum modo o outro. Um sentimento de culpa toma conta do indivíduo cada vez que ele deseja algo espontaneamente, levando-o a se autoboicotar, a não se sentir autorizado ou legitimado a realizar feitos que deseja, a que aspira, mas somente os que são esperados ou encomendados, e cuja permissão é dada pelos outros.

## **5. Exemplos clínicos**

Há pacientes que, toda vez que se sentem no ponto de realizar algo com sucesso, são tomados fortemente pela culpa, a ponto de se sentirem paralisados, por terem um sentimento interno de que desagradariam com seu sucesso a seus pais, por perceberem ao longo da vida e desde a infância que seus pais concorrem e competem com eles. O

sentimento, descrevem, é de responsabilidade pelos fracassos ou insucessos do pai, por mais que isso possa lhes parecer irracional, ou racionalmente não ser verdade. Há pacientes que se dão conta de que ao longo da vida sempre buscaram uma profissão diferente da de seus pais para poderem se permitir ter sucesso, sem se sentirem vencendo seus pais. Outros escolhem a mesma profissão assumindo a competição que sentem vir de seus pais, e o fazem para provar a si mesmos que podem vencê-lo, mas que nos pontos mais caros aos pais cedem e se autoboicotam para não se sentirem culpados não pela suposta “vitória” atual, mas pelos insucessos passados do pai. Outros ainda não seguem a mesma ocupação, mas ainda assim bloqueiam seus sucessos para não desagradar aos pais que com eles competem. Claro, há os que escolhem a mesma profissão e não se inibem com isso, mesmo com o pai tendo uma atitude de poder, inveja ou competição para com o filho. O mais saudável para um pai, no entanto, no sentido de contribuir para que o filho se realize, é, obviamente, não competir com ele, nem ansiar para o seu sucesso nos seus termos e expectativas, mas sim sobreviver à sua rivalidade quando criança, e incentivar e vibrar com as vitórias do filho sempre, aceitando-o como ele é. O sentimento dos pacientes de pais competitivos com os filhos é de que “ser eu mesmo agride meu pai”, e, por mais que perceber isso revolte o filho, causa-lhe enorme tristeza e sobretudo enorme bloqueio em suas realizações – em uma mistura de sentimento de culpa e de medo de retaliações, sejam elas por agressões verbais, por autovitimização do pai, ou outras formas.

Enquanto no modelo freudiano a *introjeção da castração* paterna leva à neurose, nos casos acima relatados o resultado mais comum de uma *ausência de investimento paterno* é a depressão. No primeiro, a renúncia aos ideais próprios da pessoa, que são recalçados, dá lugar a ideais da cultura ou do simbólico; no segundo modelo, em geral, não há propriamente uma renúncia à sua própria realização, mas um sentimento persecutório de não permissão para ser si mesmo.

Há pessoas que acreditam no seu potencial, mas que não têm coragem de levar suas realizações até aonde elas poderiam ir na sociedade. Há outras, ao contrário, que conseguem sucesso ao apropriarem-se dos valores sociais, mas que o fazem sem um sentimento de “estar vivo”, de que a vida vale a pena, de realização íntima pessoal. Uma maternagem problemática, insuficientemente boa, daqueles que não sentem em seu íntimo que foram amados pela mãe, tenderá a gerar pessoas de personalidade “como-se”, que se ocultam sob um falso *self*, que se estruturam sob defesas psíquicas neuróticas ou mesmo psicóticas. Uma paternagem problemática, insuficientemente boa,

daqueles que não sentem em seu íntimo que foram amados pelo pai, tenderá a gerar pessoas que, por mais que sejam confiantes internamente, têm dificuldade de se sentirem confiantes ou autorizadas internamente para se imporem na realidade social. Pais severos, mas ausentes, ou pouco disponíveis, contribuem para a insegurança social dos filhos, por mais que sigam os ditames sociais e psicanalíticos de imposição de limites, fiadores da lei e da obediência pelo medo.

Penso em três exemplos clínicos de pacientes adultos que ilustram algumas entre as diversas variações possíveis de confiança interna advinda da interação com a mãe, e externa resultante da interação com o pai: 1) Um paciente com forte e boa relação com a mãe, e o pai com boa imagem perante o filho, mas esse pai implicava com o filho, o acusava de não fazer nada certo etc. Podemos hoje perceber, *a posteriori*, como efeito dessas características relacionais que esse paciente tinha uma susceptibilidade quase nula às críticas vindas da sociedade e do ambiente de trabalho, que se pode interpretar como advinda de ele já ter se exercitado ao longo da vida a se defender das acusações do pai, uma vez que sofria esses ataques desde a tenra infância. Contudo, se em parte não se inibia a levar sua criatividade para a realidade partilhada, pela confiança advinda da mãe, nos campos em que sua criatividade lhe parecia, ainda que inconscientemente, rivalizar explicitamente com seu pai, ele se sentia inibido e bloqueado; 2) Um paciente, que era agredido moral e mesmo fisicamente pela mãe, tinha no entanto uma boa imagem social da mãe, que exercia para ele, em um certo sentido, uma função paterna. O pai, por outro lado, exercia-lhe em vários aspectos importantes a função materna, protegendo-o das agressões da mãe e cuidando do filho. Temos, em certo sentido, um quadro de um pai que foi mãe, e uma mãe que foi pai, em vários aspectos no pior dos modelos. Esse paciente teve crises de tonalidade psicótica (talvez em razão de uma maternagem inicial insuficientemente boa), mas hoje se apresenta de maneira bem-sucedida na sociedade e na vida emocional (talvez em virtude da compensação dada por uma maternagem paterna posterior suficientemente boa); 3) Um paciente que tem até hoje uma relação simbiótica com a mãe, e que não cresceu com o pai, uma vez que se separaram quando ainda era muito pequeno. A mãe tinha uma péssima imagem do pai sem preservar o filho, e o filho passou também a ter, por aderir afetivamente ao relato da mãe. Ausente afetivamente desde cedo, o pai passou, a partir da adolescência do filho, a decepcionar-se com a pouca identificação que tinha por ele, e, com isso, pela enorme diferença dos valores entre eles. Esse paciente tem uma força interna muito viva e criativa (provavelmente pela presença da mãe),

mas uma fragilidade social também enorme (provavelmente pela ausência afetiva do pai).

## 6. E o pai, hoje?

A integração do *self* é uma devoção, de fusão, algo próximo da psicose, e protege da psicose. Para a saúde da criança, esses primeiros seis meses necessitam de uma devoção, para a qual a gravidez prepara.

Entretanto, isso não significa que os homens devam voltar a um momento cultural e social ultrapassado e conservador, restringindo-se à antiga função ortodoxa paterna descrita por Freud e Lacan, de ser apenas o provedor, aquele que trabalha e mantém seu poder autoritário sobre a família; de se contentar em delegar os cuidados para a mãe, de nem olhar para a cara dos filhos, de não participar da criação deles, senão posteriormente e sem envolvimento por meio do ditame de regras inflexíveis e da imposição de supostos valores morais.

E isso não só por uma conquista das mães ou das mulheres em geral, mas por uma conquista dos pais e dos homens em geral, que desejam ver de muito perto os filhos crescerem, participar, cuidar, dar e receber amor e carinho. Trocar fralda, carregar o filho no colo, quando a mãe ou algum tipo de estrutura pode dar algum *holding* para o pai; ou, posteriormente, fazer e dar papinha, passar a roupa da escola, levar o filho para a escola e buscá-lo, fazer o dever de casa com o filho, ajudar a dar banho, contar historinha para dormir; como também, claro, poder viajar, passear no fim de semana, brincar, tendo um contato verdadeiro, íntimo e próximo com o filho, o que em nada compromete a autoridade parental – é uma grande chance dos pais contemporâneos de viverem um momento social e cultural onde isso é possível.

É inevitável, contudo, por mais que o pai se sinta gratificado no exercício maternal, que a função materna, na primeira infância, seja de simbiose. Se a mãe deseja que o pai, inclusive por força da cultura atual, a substitua na função simbiótica, é preciso que alguém faça a função-pai. Como fazer se pai e mãe se encontrarem em um estado de exaustão e de quase psicose?

Em sociedades socialmente menos moralistas – por exemplo, na Suécia, a licença-maternidade é de um ano, assim como a licença-paternidade –, um pode passar para o outro sua licença. Desse modo, a mãe pode ficar dois anos dedicando-se exclusivamente à maternagem do filho. Por outro lado, o pai também pode ficar nesses

dois anos exclusivamente dedicado à maternagem, enquanto a mãe retoma o seu trabalho. *Trata-se de uma função*, que pode ser exercida pelo pai, contanto que ele tenha o desejo interno dessa devoção, que ele tenha condições ambientais que façam o *holding* do pai, quando este exerce a função-mãe. O mesmo vale para casais homossexuais masculinos, em que a princípio é um homem que exerce a função materna – de modo não diferente de uma mãe adotiva, por exemplo, que não vivenciou a experiência da gravidez, mas que nem por isso necessariamente será menos devotada em sua maternagem. Naquele país, pais podem tirar a licença-maternidade para ficarem em casa cuidando dos filhos – não dando o peito, mas mamadeiras (com o leite da mãe ou com fórmulas) e colo – para que as mães possam dar prosseguimento ao trabalho e às suas carreiras profissionais. Nesses casos, é como se a mãe dissesse “eu não quero exercer a função-mãe”, e o pai, sim, quer exercer essa função materna, o que é possível justamente por tratar-se de funções, não de identidades naturais, absolutas ou transcendentais. Mesmo no Brasil, há cada vez mais pais que moram com seus filhos sozinhos ou em novas relações, de mães que se ausentam ou se distanciam pelos mais diversos motivos.

O que não parece viável é o pai fazer tanto a função-mãe quanto a função-pai – pois nesse caso a função-pai ou a fusão mãe-bebê (entenda-se fusão função mãe-bebê, que pode ser exercida pela união pai-bebê) poderá ficar seriamente comprometida. Claro, por outro lado, que as mães que trabalham e não têm disponibilidade ou psíquica ou logística para cuidar de seus bebês muitas vezes exercem apenas a função-pai. Ou às vezes nem isso, delegando inteiramente os cuidados físicos a babás ou enfermeiras, que deveriam ser apenas ajudantes; e os cuidados afetivos unicamente a avós, ou a ninguém.

Daí a relevância de se entender a importância para o desenvolvimento emocional (e não apenas físico – engordar e crescer, ficar acima da curva do peso e da altura) do bebê e, por conseguinte, da criança de ambas as funções, materna e paterna, em que o que menos importa é quem vai exercê-las, se o pai, a mãe, pais adotivos, pais homossexuais masculinos ou femininos, avós e avôs, e outros. Sem dúvida, ruim para o bebê é ninguém fazer a função-mãe, ou ninguém fazer a função-pai. E de fato uma mesma pessoa não poderá exercer integralmente, ao menos suficientemente bem, as duas funções, complementares, porém distintas, de simbiose e de individuação.

## 7. Uma síntese possível: as funções do pai em sua concretude

Depois de nossa reflexão e análise, poderíamos nos perguntar: qual a função propriamente paterna, se até mesmo a função superegoica e normativa, única atribuída ao pai pelas teorias freudiana e lacaniana, seria determinada sobretudo pela relação com a mãe, ou pela função materna ainda que exercida em parte pelo pai? Qual a função propriamente paterna se o pai contribui, ainda que indiretamente, até mesmo para a integração do *self* pelo ego incipiente do bebê, ao propiciar o *holding* à mãe, favorecendo a que esta tenha melhores condições para fazer o *holding* do bebê; se ele contribui para a personalização e para a relação com objetos, ou seja, para essas fases em que a maternagem é de suma importância; e se nessas fases o superego se constrói gradualmente e de forma não castradora; se o pai não é mais necessário para a castração da simbiose com a mãe; se ele não está mais sozinho sequer na imposição da lei ou na formação do superego; o que lhe resta como função, além de auxiliar e complementar a mãe em sua função materna? Apenas um papel de coadjuvante?

Vimos que, de fato, o pai pode contribuir para a função materna: 1) ao fazer o *holding* físico, psicológico e logístico da mãe para que ela possa fazer o *holding* do bebê; 2) ao participar ativamente da função materna, de *holding* e *handling*, asseio, trocar fralda, embalar, ninar, colocar o bebê para dormir; mesmo porque as mães, cada vez mais culturalmente, sobretudo quando trabalham, exigem ou esperam que os pais também exerçam com elas a maternagem (faltando dizer nesse caso quem vai fazer o *holding* do pai...), mesmo o pai não tendo seio (essa “falha originária” do homem, se usarmos termos lacanianos, ou a famosa “inveja do seio”, ou ainda, em outra versão, “inveja da barriga”), não se contentando mais as mães somente com que os pais se ocupem do *holding* delas.

No entanto, também vimos que seu papel como objeto de identificação projetiva do filho quando criança é análogo ao papel da mãe como objeto de identificação projetiva do filho quando bebê, sendo este simbiótico, e aquele não. Não somente análogo, como se dá em prosseguimento e em grande parte determinado emocionalmente pela relação mãe-bebê. Esta relativa dependência da experiência da maternagem não tira, contudo, a importância capital e singular da experiência vivida pela criança na relação com o pai: esta relação filho-pai terá um grande peso para a autoconfiança do filho nas relações com o mundo, com a realidade partilhada. A

maternagem contribui de modo decisivo para a formação da autoconfiança interna sobre o valor de si – “eu sei que minha mãe me ama e sei por isso que tenho valor”, ao passo que a “paternagem” (se inventarmos o termo) coopera decisivamente para a formação da autoconfiança diante da realidade externa, da relação com o mundo e com o outro. A dedicação e devoção da mãe contribuem para uma autoestima interna, como valor que a criança guarda internamente, enquanto a admiração vinda de um pai presente colabora fortemente para o valor e autoestima na relação com o outro, com o social, com o mundo.

## **Referências**

Winnicott, D. W. (1990). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self*. In D. Winnicott (1990/1965b), *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1965m[1960])

Winnicott, D. W. (1990). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D. Winnicott (1990/1965b), *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1960c)

Winnicott, D. W. (1993). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. Winnicott (1993/1958a), *Da pediatria à psicanálise: textos selecionados*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Trabalho original publicado em 1945d)

Winnicott, D. W. (2012). Um homem encara a maternidade. In D. Winnicott (2012/1964a), *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1957n[1949])

Winnicott, D. W. (2012). E o pai?. In D. Winnicott (2012/1964a), *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1945i[1944])